

Gusmão prevê maior garantia à liberdade

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, destacou a importância da Constituinte para a reorganização da sociedade civil em bases democráticas e de acordo com a evolução social, política e econômica. Defendeu a participação de todos os partidos e outros setores da sociedade nos debates, frisando que o novo texto constitucional deverá levar em consideração as garantias da liberdade individual, organização sindical e do empresariado, ordem econômica e social "para uma sociedade moderna, democrática e aberta".

Gusmão observou que a futura Constituição deverá ser liberal e garantidora das liberdades individuais, e não transformando a sociedade brasileira numa sociedade de massas. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, condenou as teses do PT e do PDT para antecipação da Constituinte e das eleições diretas para a Presidência, mas frisou que cada partido pode defender suas idéias. Para Lyra, a alternativa adotada por Sarney é a mais compatível com a realidade e com o processo político brasileiro. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, não quis fazer comentários sobre a Constituinte, ressaltando sua condição de magistrado, "que não deve opinar sobre temas políticos".

Os constituintes de 46 formaram um grupo bastante procurado pelos atuais parlamentares. Entre os que ainda têm mandato, o deputado João Agripino lembrou que a Constituição de 46 pecou pelo excesso de liberalidade, transformando-se com o tempo quase uma represália do Legislativo contra o Executivo ditatorial dos anos precedentes. Os parlamentares dificultavam a aprovação

de projetos, sobrepujando interesses políticos aos administrativos e acabaram provocando novo conflito entre os poderes. O ministro Aloísio Alves também considerou a Constituinte de 46 muito liberal, "o que era compreensível, pois objetivava acabar com o estado autoritário de Getúlio Vargas". O fato acabou, no entanto, permitindo a "arregimentação de novas forças contra a democracia — acentuou — e o resultado é que elas voltariam a pressionar através dos militares, em 64. Espero que a Constituinte de 86 seja um documento objetivo e os casos marginais sejam regulamentados por leis complementares, para evitar o que aconteceu anteriormente" — disse o ministro, que tinha 22 anos em 46, quando foi eleito para a Constituinte.

Os ex-deputados Epílogo de Campos, Martins Filho e o deputado Benjamin Farah concordaram também sobre o excesso de liberalidade da Constituição de 46, lembrando ter correspondido aos interesses da época em contraposição com a ditadura anterior e com as correntes políticas liberais que se espalhavam pelo mundo depois da Segunda Guerra. A futura Constituição, segundo Farah, teria na de 46 um bom exemplo a ser seguido, cuidando-se de sua adequação aos tempos modernos. Para João Amazonas, do PC do B, a Constituinte de agora é um avanço em relação à de 46 porque funcionará como Congresso e Constituinte ao mesmo tempo. Benjamin Farah mostrava a seus companheiros de 46 um diário do Congresso, em formato reduzido, com o nomes de todos os constituintes e o período de funcionamento: de 1º de fevereiro a 28 de setembro de 1946.